TURISMO E COLONIALIDADE: CONFLITOS E ALTERNATIVAS CRÍTICAS

AREA TEMÁTICA: TEMAS EMERGENTES EM TURISMO

Ketlyn Pontes de Souza Ferreira[1]
Mozart Fazito[2]

1. INTRODUÇÃO

O turismo vem sendo utilizado como uma racionalidade para justificar a reorganização dos territórios urbanos, sendo frequentemente associado a discursos de desenvolvimento econômico e sustentabilidade (Ferreira, 2023). Essa relação revela um conjunto de disputas que atravessam sua constituição enquanto campo social, econômico e político. Longe de ser uma prática homogênea, o turismo opera a partir de relações de poder que definem quais territórios são valorizados, quais discursos são legitimados e quais sujeitos são autorizados a representar e significar os lugares.

Nesse contexto, torna-se fundamental compreender o turismo para além de sua dimensão econômica (Bianchi, 2009), reconhecendo-o como parte das dinâmicas mais amplas da colonialidade, que estruturam hierarquias globais, epistemológicas e territoriais. Tal perspectiva permite evidenciar como políticas públicas de turismo contribuem para a reprodução de desigualdades.

Diante disso, este resumo tem como objetivo apresentar o turismo como um campo de disputa epistêmica e política, problematizando suas bases coloniais e suas articulações com a racionalidade neoliberal. Busca-se refletir sobre as possibilidades de construção de um turismo orientado por perspectivas decoloniais, com ênfase no protagonismo dos sujeitos territoriais, na valorização dos saberes locais e na incorporação de princípios da educação popular como horizonte ético-político.

2. METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter teórico-analítico, fundamentada em revisão crítica de literatura (Minayo, 2014). A reflexão apresentada está vinculada a uma investigação de doutorado em andamento, que articula aportes do turismo, das teorias decoloniais e da educação popular.

3. RESULTADOS

O turismo não é um campo neutro e não deve ser analisado isoladamente das relações de poder que o estruturam. Como prática social, econômica e simbólica, o turismo está envolto na lógica da colonialidade global. Ele reproduz e alimenta hierarquias territoriais e econômicas. Como argumentam Mowforth e Munt (2016), especialmente nos países do Sul Global, o turismo internacional atua como instrumento da continuidade colonial, camuflado sob os discursos de desenvolvimento.

Composto por uma racionalidade modernizante, o turismo organiza o mundo em zonas de consumo e zonas consumidas, em sujeitos que olham e sujeitos que são

[1] Bacharel em Turismo, Mestre em Turismo e Doutoranda em Turismo no Programa de Pós-Graduação em Turismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN. E-mail: ketlynturismologa@gmail.com.
[2] Professor associado do Departamento de Turismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: mozart.fazito@gmail.com.

olhados. Como aponta MacCannell (2003), a busca pela autenticidade se converte, em encenação do outro, reforçando estereótipos coloniais e desigualdades. O território, nessa lógica, deixa de ser espaço vivido e passa a ser cenário; o turista ocupa o centro da experiência, enquanto as populações locais são convocadas a performar.

Bianchi (2009) reforçam que o campo do turismo está estruturado por regimes de governança neoliberal, nos quais o território e seus sujeitos são transformados em ativos de mercado. As políticas públicas, nesse contexto, operam para garantir o controle dos fluxos priorizando interesses empresariais e estatais. Vainer (2002) aponta que há uma violência latente em políticas urbanas quando voltada para territórios periféricos. Os espaços são redesenhados a partir de um discurso de participação, mas que em geral, serve para legitimar decisões previamente tomadas.

Quijano (2005) argumenta que, na modernidade, a exploração econômica se sustenta na dominação. Há uma hierarquização global dos saberes, na qual os conhecimentos produzidos nas periferias do Sul são sistematicamente desqualificados. No turismo, isso se expressa na marginalização dos saberes locais, subordinados a categorias externas de validação.

A colonialidade no turismo se materializa também na produção do olhar autorizado. Como mostra Urry (1995), o turismo opera por uma visualidade dirigida, um olhar turístico marcado por expectativas normativas que definem o que deve ser visto, registrado, comercializado.

No entanto, o turismo não está condenado à lógica da colonialidade. Fazito et al. (2017) propõem a ideia de um turismo emancipador. Para isso, é preciso romper com modelos de inclusão participativa e construir processos efetivos de co-produção, nos quais os sujeitos do território atuem como autores não como figurantes do desenvolvimento.

A disputa pelo turismo é também uma disputa pela memória, pela narrativa e pelo direito ao território. Compreender o turismo como campo de disputa epistêmica e política exige deslocar o foco da oferta para os sujeitos que já habitam e significam o lugar. Isso requer outras epistemologias.

Como afirma Higgins-Desbiolles (2006), há brechas possíveis para a construção de uma decolonialidade no turismo, fundado na escuta e na co-gestão. Isso significa construir políticas com, e não para as comunidades, reconhecendo a centralidade de seus saberes.

Como enfatiza Walsh (2015), a decolonialidade exige epistemologias insurgentes, não para adicionar vozes ao discurso dominante, mas para desestabilizar suas estruturas. No campo do turismo, isso implica deslocar a estética da participação e refundar os processos políticos a partir da escuta e do protagonismo dos territórios.

O turismo crítico não é apenas uma alternativa técnica ou um modelo de boas práticas. Ele se configura como um projeto ético, político e epistêmico. Trata-se de abandonar a lógica da mercantilização da diferença e reconhecer os territórios populares como centros de produção de saber, de memória e de existência política.

Como reiteram Higgins-Desbiolles (2006) e Chambers e Buzinde (2015), a descolonização do turismo exige o deslocamento de seus referenciais epistemológicos, metodológicos e políticos. É necessário reconfigurar suas bases a partir das experiências situadas, das múltiplas formas de habitar e resistir. É possível, assim, propor um outro turismo: não ancorado na oferta de experiências autênticas, mas enraizada nas reexistências.

Esse turismo, como apontam Boluk e Carnicelli (2019), requer uma pedagogia crítica que transforme o olhar de quem visita, de quem planeja, de quem pesquisa. Ele não está pronto, nem cabe em fórmulas.

Há experiências contemporâneas que tensionam as estruturas hegemônicas do campo e ensaiam caminhos alternativos. Como o turismo de base comunitária, o turismo indígena, o turismo quilombola e o afroturismo que têm se consolidado como respostas às exclusões históricas e às lógicas predatórias do turismo convencional.

No entanto, essas iniciativas não são, por si, sinônimo de decolonialidade. Elas operam em contextos de contradição, onde a reivindicação de autonomia convive com processos de institucionalização e mercantilização. Esses formatos carregam disputas internas e enfrentam desafios que permeiam entre o desejo de fortalecimento comunitário e as exigências do mercado.

Como alerta Bianchi (2018), o turismo, sob racionalidade neoliberal, é instrumentalizado como ferramenta de desenvolvimento sem a devida consideração das assimetrias de poder que atravessam os territórios. Nesse contexto, mesmo propostas emancipadoras podem ser absorvidas e neutralizadas.

O desafio, portanto, não é apenas substituir um tipo de turismo por outro, mas questionar as lógicas que sustentam a estrutura do turismo. Afinal, comunidades não são recursos, mas sujeitos coletivos que constroem seus territórios a partir de lutas, memórias e práticas culturais. Como aponta Escobar (2020), construir mundos onde muitos mundos caibam implica compromissos concretos, como a redistribuição de poder, co-gestão real e abertura a dissensos.

Nesse cenário, a educação popular oferece um horizonte crítico potente para o campo do turismo. Incorporar os princípios da educação popular, como a escuta ativa, o reconhecimento das contradições, a valorização das práticas cotidianas e a formação a partir da realidade vivida, permite tensionar as lógicas coloniais que estruturam o turismo e abrir espaço para práticas mais justas, enraizadas e transformadoras. A práxis crítica no turismo, portanto, só se sustenta quando se compromete com os sujeitos e os territórios, e quando assume o desafio de fazer da experiência turística um espaço pedagógico de encontro, conflito e reconstrução coletiva do comum.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida ao longo deste capítulo reflete sobre como o turismo está imbricado nas estruturas da colonialidade, operando como um campo de reprodução de desigualdades, disputas e possibilidades. Ao problematizar suas bases epistemológicas, políticas e econômicas, torna-se possível deslocar o olhar dominante e reconhecer os territórios e seus sujeitos como centrais na produção de sentidos, saberes e práticas.

Diante disso, entende-se que pesquisar pelas lentes do turismo envolve o desmantelamento da monocultura do saber. É reconhecer que o turismo, enquanto prática espacial e simbólica, também educa, seja reforçando desigualdades e estereótipos, seja potencializando processos de valorização comunitária e territorial.

Nesse sentido, as perspectivas decoloniais e da educação popular não se apresentam como modelos prontos, mas como horizontes críticos que tensionam as formas hegemônicas de pensar e fazer turismo. Trata-se de questionar as lógicas estruturais que sustentam o campo do turismo, afirmando-o como um espaço de disputa política e epistêmica. Assim, a construção de práticas mais justas e

emancipatórias passa pelo reconhecimento dos sujeitos territoriais como protagonistas e pela valorização de suas formas de existir, resistir e reexistir.

PALAVRAS-CHAVE

Turismo crítico, Colonialidade, Decolonialidade, Educação Popular.

REFERÊNCIAS

Bianchi, R. (2018). The Political Economy of Tourism development: A critical review. Annals of Tourism Research.

Bianchi, R. V. (2009). The “critical turn” in tourism studies: A radical critique. Tourism Geographies, 11(4), 484–504. https://doi.org/10.1080/14616680903262653

Boluk, K. Carnicelli, S. (2019). Tourism for the emancipation of the oppressed: towards a critical tourism education drawing on Freirean philosophy. Annals of Tourism Research.

Chambers, D. Buzinde, C. (2015). Tourism and decolonisation: Locating research and self. Annals of Tourism Research, 51, 1-16.

Escobar, A. (2020). Pluriversal Politics: The Real and the Possible. Durham: Duke University Press.

Fazito, M.; Rodrigues, B. N.; Nascimento, E. P.; Pena, L. C. S. (2017). O papel do turismo no desenvolvimento humano. Papers do NAEA (UFPA), v. 372, p. 1-21.

Ferreira, K. P. S. (2023) Desenvolvimento Urbano e Turismo: Análise Discursiva da Revisão do Plano Diretor de Natal/RN – Lei complementar n° 208, 07 de março de 2022. (Dissertação de Mestrado em turismo). Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Brasil.

Higgins-Desbiolles, F. (2006). More than an “industry”: The forgotten power of tourism as a social force. Tourism Management, 27(6), 1192–1208.

MacCannell, D. (2003). El Turista, uma neuva teoria de la clase ociosa. Barcelona.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

Mowforth, M., & Munt, I. (2016). Tourism and sustainability: Development, globalisation and new tourism in the Third World (4th ed.). Routledge.

Quijano, A. (2005). Colonialidade do poder, eurocetrismo e América Latina. In E. Lander (Ed.), A colonialidade do saber: Eurocentrismo e ciências sociais (pp. 117–142). Clacso.

Urry, J. (1995). Consuming places. London: Routledge.

Vainer, C. B. (2002). Pátria, empresa e mercadoria. In O. Arantes, C. Vainer & E. Maricato, A cidade do pensamento único: Desmanchando consensos (75-104). Petrópolis: Vozes.

Walsh, C. (2015). Decolonial pedagogies walking and asking. Notes to Paulo Freire From AbyaYala. Routledge, 34(1), 9-21.